

Educação: a natureza do capital que transforma tudo em mercadoria

*Eli Narciso da Silva Torres**

Resumo:

Este artigo tem como objetivo trazer à discussão as contribuições teóricas legadas pelo pensador político social István Mészáros, acerca da sociedade capitalista, a fim de propiciar uma melhor compreensão acerca da lógica das relações sociais capitalistas. Especialmente, através das contribuições teóricas de Karl Marx, referente ao valor de uso e valor de troca, far-se-á uma reflexão de como tudo se transforma em mercadoria, isto é, a forma aparente da riqueza numa sociedade capitalista. E nesse bojo, como a educação institucionalizada tem a função estrutural de internalizar nos indivíduos as regras e mecanismos eficazes de dominação e subordinação ao capital. E como se estabelece à luta de classes nessa sociedade, e a partir desse fenômeno social, compreender como se dá o movimento dialético que produz riqueza privada, e relega uma grande parcela de trabalhadores a uma situação semelhante ao que Marx denomina de lumpenproletariat e às classes perigosas.

Palavras-chave:

Educação; capital; trabalho.

Education: the nature of the capital that transforms everything in merchandise

Abstract:

This article discusses the theoretical contributions bequeathed by political social thinker István Mészáros, about the capitalist society, in order to provide a better comprehension about the logic of capitalist social relations. From the theoretical contributions of Karl Marx, about the use value and exchange value, it will reflect on how everything becomes a merchandise, in other words, it takes the apparent form of wealth in a capitalist society. And in this context, how the institutionalized education has the structural function to internalize in the individuals the rules and effective mechanisms of domination and subordination to capital. In addition, to visualize how they establish the classes struggle in this society, in order to understand the dialectical movement which produces private wealth and relegates a large portion of workers to the lumpenproletariat and the dangerous classes.

Key words:

Education; capital; work.

* Socióloga e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A educação sempre esteve vinculada aos processos de socialização e a formação integral do ser humano nos marcos de uma dada cultura e momento histórico, produzindo a coesão social, isto é, formas harmônicas de manutenção das normas sociais (Durkheim, 1975). Tal processo de socialização implica, entre outras coisas, em uma distribuição dos bens culturais e sociais, os quais são produzidos e acumulados historicamente pela sociedade.

A educação entendida tanto em seu sentido amplo, de “formação humana integral” como o discurso excita promover, ou quanto em sentido estrito de instrução formal e capacitação técnica, porém, só poderá ser compreendida se referida à lógica que rege as relações sociais no tipo de sociedade vigente nos tempos modernos, ou seja, a sociedade capitalista. Isso significa que os papéis que ela cumpre, as formas que assume e os conteúdos que carrega são fortemente definidos pelo tipo de sociedade dentro do qual ela se desenvolve.

A educação reproduz a lógica das relações sociais capitalista ao mesmo tempo em que contribui fortemente para reificação de sua reprodução. Sendo assim, o primeiro passo para se compreender o caráter da educação nas sociedades atuais é compreender a natureza da própria sociedade, suas lógicas e suas contradições, como observa István Mészáros:

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência (muitas vezes também caracterizada como “reificação”) porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo (Mészáros, 2008, p. 59).

A natureza das sociedades capitalistas assenta-se sobre uma forma específica de exploração do trabalho humano. Essa, ao produzir a riqueza, traz consigo, simultaneamente, orientações simbólicas que são internalizadas no tecido social, constituem-se na fundamentação do discurso principal acerca das relações sociais capitalista. Como não poderia deixar de ser, a educação internaliza nos indivíduos tais orientações, a fim de assegurar a lógica do sistema capitalista. Portanto, está intimamente relacionada à problemática do trabalho. Como observa Mészáros, a “natureza educação está vinculada ao destino do trabalho” (Mészáros, 2005, p. 15).

Para melhor compreensão acerca da natureza do capital, far-se-á necessária a retomada do primeiro grande pensador a dissecar a natureza contraditória das relações sociais na sociedade capitalista, Karl Marx. Partindo de uma problemática típica da ciência econômica – o que é a riqueza e, mais especificamente, o que é a riqueza capitalista? –, ele deu continuidade à construção da teoria do valor a partir das bases já colocadas por A. Smith e D. Ricardo. Contudo, à ciência econômica ele adicionou a concepção de método, idealizado a partir da filosofia hegeliana – a dialética – e os propósitos revolucionários do socialismo de tradição francesa (Lenin, 1979).

A partir dessa síntese de três tradições intelectuais, Marx construiu sua crítica à sociedade capitalista. Partido da problemática econômica acima referida, ele afirmava que a mercadoria é a forma em que aparece a riqueza na sociedade capitalista. “A riqueza de uma sociedade em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (Marx, 1983, 45).

A mercadoria contém, ao mesmo tempo, valor de uso e o valor de troca. O valor de uso é a capacidade que dado objeto tem de satisfazer alguma necessidade humana, enquanto o valor de troca é a forma de manifestação do valor, é uma relação quantitativa que iguala valores de uso de espécies diferentes e em quantidades diferentes para fins de intercâmbio.

Historicamente, os seres humanos buscaram, em seus esforços de reprodução material da vida, se organizar para produzir (agricultura, criação de animais etc.) ou adquirir (caça, coleta etc) valores de uso. Sendo assim, fenômenos de troca não eram totalmente inexistentes, mas era relativamente eventual e esporádico, o que indicava que a noção de um valor de troca já existia, mas estava subordinado ao valor de uso.

Nem o valor de uso nem o valor de troca explicam, porém, se a riqueza é ou não capitalista. Afirmar que o trabalho é a origem da riqueza, como Smith e Ricardo fizeram, não é suficiente para explicar o que é a riqueza no capitalismo. Marx buscou o que é específico da mercadoria – a forma da riqueza – *capitalista*, já que nem o valor de uso nem o valor de troca, em si, são específicos do capitalismo, na medida em que já existiam nas formações sociais anteriores ao capitalismo.

Quer dizer, a mercadoria em si, enquanto síntese de valor de uso e valor de troca, não é exclusivo do capitalismo. Historicamente, o pólo dominante era ocupado pelo valor de uso, isto é, a maioria das pessoas produzia, principalmente para seu próprio consumo. Contudo, com a generalização das trocas e de seus efeitos sobre a estrutura socioeconômica das sociedades, o valor de troca foi assumindo a posição de pólo dominante. A partir de então, surgiu uma nova categoria que passou a ser central nas relações econômicas: o valor. Este não é nem valor de uso nem valor de troca, é simplesmente o trabalho humano despojado de toda qualificação, de toda especificação e especialização é, mais precisamente, resultado do trabalho humano abstrato. Dessa forma, o valor de troca não é, assim, mais do que a forma de expressão do valor.

De todas as mercadorias que circulam na economia, no entanto, a mais importante, “é a força de trabalho”. Este é o valor de uso mais importante vendido no mercado. Isso porque, após ser adquirido por um proprietário dos meios de produção, ele é posto em uso no processo produtivo pelo capital, cuja origem e reprodução remontam ao mercado, mas que depende de outra instância fundamental para a manutenção sua existência enquanto tal: a produção em seu *locus* clássico, a fábrica.

A força de trabalho é o valor de uso mais importante porque é a única mercadoria cujo uso representa um aumento de riqueza e não sua perda por desgaste irreparável, como no caso das máquinas, por exemplo. A dominação do valor de troca sobre aquele valor de uso se dá na medida em que este último é “consumido” com objetivos que lhe são exteriores, ou seja, para fins alheios à sua própria vontade. Sua sujeição, na forma em que se apresenta – trabalho assalariado regulado por um contrato “livremente” estabelecido entre as partes – é a relação social fundamental do capitalismo. Sendo assim, a organização do emprego de trabalho abstrato, que é o que mais interessa ao capitalista, visa à criação da riqueza específica do capitalismo: o valor, isto é, trabalho abstrato socialmente necessário para a produção de uma mercadoria qualquer, cujo valor é representado no preço e realizado no mercado através do dinheiro, título de acesso à riqueza (Cf. Marx, 1983).

Apesar da complexa e contraditória estruturação do valor nos moldes capitalista, Mézáros adverte que a maior imperfeição do capitalismo se constitui basicamente do que ele identifica como “alienação de mediação de segunda ordem”, a qual o sistema capitalista necessita impor a todos os indivíduos. De modo que a sobrevivência do capital está subordinada às suas mediações, sobretudo as relações de troca de mercadorias, o Estado e a subordinação do trabalho ao capital. Na mediação de segunda ordem, todo o processo de acumulação de capital é desmantelado caso não ocorra a subordinação dos indivíduos ao fetiche da mercadoria capitalista (Mézáros, 2008, p. 72). Mas para que ocorra a emancipação do homem por meio do rompimento com o autocontrole das mediações reprodutivas faz-se necessário a intervenção da educação, “entendida na sua orientação concreta, no sentido de uma ordem social que vá para além dos limites do capital” (Mézáros, 2008, p. 73).

No entanto, quanto à educação, e os principais impactos proporcionados pelo surgimento da sociedade capitalista, referem-se à urbanização dos modos de vida e à instalação do sistema fabril de produção – concentração, em um mesmo local, da força de trabalho, dos meios de produção, matérias-primas etc. Diante das novas exigências postas pelo capital, sobretudo nos primeiros tempos do capitalismo, os trabalhadores tiveram que se adaptar e adquirir novas habilidades, diferentes das que detinham até então, tendo em vista que a origem da maioria dos operários era rural.

As promessas internalizadas no modo de produção capitalista que, através da mecanização, o tempo de trabalho necessário à produção diminuiria e, conseqüentemente, a humanidade caminharia para uma situação na qual haveria mais tempo de trabalho livre. O que se viu, contudo, foi o ser humano submetido às máquinas e ao ritmo destas. Ao invés da máquina se tornar uma extensão do corpo humano, potencializando seu raio de ação e capacidade produtiva, foi o ser humano que se tornou um apêndice da máquina, apêndice este substituível tão logo fosse considerado não mais necessário ao processo produtivo.

Nesse contexto, a educação cumpre principalmente duas funções: a) a de preparar os seres humanos, especialmente os trabalhadores, para se adequarem às exigências colocadas pelo capital; b) transmitir e internalizar uma ideologia do sucesso e das responsabilidades, baseada no desempenho individual. Mézáros diz ser determinante a internalização das responsabilidades, isto é, o fato do indivíduo assumir pra si as responsabilidades da reprodução do capital:

Aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo *educação*, trata-se de uma questão de “*internalização*” pelos indivíduos – (...) da legitimidade da posição que lhe foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas “expectativas adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. (Mézáros, 2008, p. 44)

Quanto ao primeiro aspecto, isto é, a inculcação de normas e valores para garantir a manutenção da ordem social em todas as suas dimensões, promovida pela educação institucionalizada, demonstra o dinamismo do capitalismo, o qual não só se apropriou do conhecimento intelectual produzido para expansão da máquina produtiva do capital, como se apropriou da educação no decorrer dos últimos séculos para legitimar as práticas da classe dominante, o que Mézáros identifica como “dominação estrutural” e uma “subordinação hierárquica” (2008, p. 35).

Portanto, a natureza do capital é dinâmica, pois a “burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais” (Marx,

2003, p. 29). O dinamismo da sociedade burguesa deriva, em primeiro lugar, da busca incessante por lucro. Na medida em que o processo trabalho na sociedade capitalista é organizado a fim de ser, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, a produção voltada para o mercado (lê-se: para a obtenção de lucro) é dominante. A lógica do mercado passa a fazer parte não somente do cotidiano das fábricas, mas também a formatar as próprias relações sociais, na medida em que praticamente excluem formas alternativas de vida, todas submetidas à lógica do lucro (Cf. Mészáros, 2008).

Em seu bojo, traz consigo a formatação das relações sociais, sobretudo as interiorizadas através da educação institucionalizada das ações e práticas adequadas ao sistema. A falseada forma de legitimidade e manutenção da estrutural social.

(...) uma das funções principais da educação formal na nossa sociedade é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente as grandes tarefas históricas do nosso tempo, ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental (Mészáros, 2008, p. 45).

Sendo assim, todas as ações capitalistas tornam-se legítimas, logo, a busca pelo lucro faz com que cada empresa capitalista individualmente busque se sobrepor e vencer suas concorrentes no mercado, afim de obter maiores lucros. A concorrência força a introdução de alterações no processo de produção, comercialização e, mais recentemente, a “indústria da propaganda”. Enquanto, os trabalhadores por sua vez, vão a reboque, sem conseguir em nenhum momento romper com as camisas de força imposta pelo capital.

Desde o século XIX, contudo, quando o capitalismo torna-se definitivamente o modo de produção dominante, os trabalhadores têm procurado se contrapor ao capital através de sua organização coletiva, sobretudo em sindicatos. A luta de classes também imprime o dinamismo que é típico da sociedade capitalista, na medida em que os burgueses procuram fragilizar a condição dos trabalhadores através da introdução de inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra, que, para além dos ganhos de eficiência e produtividade, elevam as taxas de desemprego e forçam uma concorrência entre os próprios trabalhadores pelos poucos postos de trabalho que sobram.

A cada introdução de uma inovação tecnológica, os trabalhadores são obrigados a correr para se prepararem, ou seja, qualificarem-se para serem “competitivos” no mercado de trabalho. Cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento, e até mesmo o ensino regular básico das escolas, são responsáveis por inculcar formas de pensar típicas do privatismo burguês: o sucesso e fracasso são individuais. Quem é bem-sucedido é porque se esforçou e procurou se preparar para o mercado de trabalho. Quem fracassou é porque não foi capaz de aproveitar as oportunidades do mercado, não se preparou para elas.

Assim, não se problematiza uma estrutura social injusta, fundada em interesses de classes, e organizada para a geração de uma imensa quantidade de riqueza que, contudo, convive com uma massa tão grande quanto ou até mesmo maior de pobreza, resultante da má distribuição de renda. O trabalhador é “educado” desde criança para saber seu lugar na sociedade, a qual abre, de fato, oportunidades de ascensão social, mas tais oportunidades são aproveitadas apenas por uma minoria, que acaba se tornando um “exemplo” para a maioria que, apesar de ainda não ter conseguido “subir na vida”, ainda alimenta esperanças e vê na educação uma porta de entrada para um futuro melhor.

Assim, educação reproduz a lógica da sociedade capitalista na medida em que torna as desigualdades sociais e econômicas mais aceitáveis por meio da ideologia do sucesso individual. O indivíduo, e não a classe, deve ser o protagonista da sociedade. Se os trabalhadores devem lutar por algo, eles devem lutar individualmente, através da busca da qualificação educacional adequada, e não através de sua organização em torno de interesses comuns a toda a sociedade. Esse é o discurso dominante reproduzido pela sociedade através das escolas e reificado – no sentido de tratar enquanto “coisa” os seres humanos – a cada dia pela imperiosa lógica do capital.

As determinações gerais do capital afetam profundamente cada *âmbito particular* com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as *determinações educacionais gerais da sociedade* como um todo (Mészáros, 2008, p.43, grifos do autor).

A produção das classes perigosas no interior das relações sociais capitalistas

Em meio a tal processo, há, contudo, determinados indivíduos que transgridem as regras socialmente estabelecidas. Tal desacordo entre indivíduo e sociedade pode ter complexos fatores, de natureza psicológica e/ou sociológica. Mas entre estes, pode-se apontar o desencontro entre as demandas individuais, estimuladas pela sociedade do consumo, e a capacidade de satisfação de tais demandas por essa mesma sociedade capitalista, como já visto anteriormente. Some-se a isso, no caso de sociedades como a brasileira, o enorme fosso das desigualdades sociais, elemento complicador em tal situação. Desta forma, parte deste grupo acaba inserida nas chamadas classes perigosas e posteriormente recolhida em prisões.

De acordo com Guimarães (1981), a expressão “classes perigosas” já figurava no dicionário inglês: Oxford English Dictionary em 1859, como caracterização do conceito peculiar ao grupo. E destaca a obra da autora criminal Carpenter (1849), que a utilizou dez anos antes no título de seu livro, *Reformatory schools for the children of the perishing and dangerous classes, and for juvenile offenders*. Na conceituação de Mary Carpenter:

As classes perigosas eram formadas pelas pessoas que houvessem passado pela prisão ou as que, por elas não tendo passado, já vivessem notoriamente da pilhagem e que se tivessem convencido de que poderiam, para seu sustento, e o da sua família, ganhar mais praticando furtos do que trabalhando. (Carpenter *apud* Guimarães, 1981, p. 1)

Porém, para entendermos melhor a formação das classes perigosas no Brasil, será necessário nos remetermos ao grupo existente dentro da sociedade capitalista, o qual é submetido à estagnação e pauperização nos grandes centros urbanos. Para Marx (1983), essas são características da população categorizadas por ele como latentes¹, esse grupo de trabalhadores, fruto especialmente do êxodo rural, na tentativa de melhorar sua condição de subsistência, acaba por agravá-la ainda mais, submetendo-se às favelas e a marginalização enquanto agente histórico inserido em uma sociedade desigual (Guimarães, 1981). Visto que no modelo econômico vigente, a forma como se dá a distribuição da riqueza, sempre contraditoriamente, acumulando riquezas para alguns e transformando a imensa maioria em indivíduos despossuídos e dependentes de poucas expectativas de trabalho.

Com o aumento imensurável de trabalhadores excedentes no mercado de trabalho, a sociedade brasileira produziu uma quantidade relativamente grande de desempregados e subempregados, o que ocasionou empobrecimento e miséria, surgimento de favelas e o aumento substancial da marginalidade nas últimas décadas, o que desencadeou no colapso do sistema prisional brasileiro. No entanto, não se pretende legitimar o discurso preconceituoso, o qual reproduz que nos bairros periféricos a população está impregnada pela periculosidade. Tal motivação justificaria um discurso ideológico, o qual marginaliza os mais pobres e, principalmente, legitima a exclusão social. Guimarães (1981) afirma veementemente que não são as favelas que produzem baixos salários e pouca escolaridade entre os seus moradores, ou até mesmo pouca higiene. É justamente o inverso, são os baixos salários, os poucos investimentos em educação e saneamento básico feitos em nosso país que tomam forma de pobreza e favelas.

Para Pinassi (2006), administrar essas contradições ocasionadas pelo sistema econômico vigente é o grande desafio dos legisladores, concentrando-se, sobretudo, no episódio da ocultação e pacificação das relações contraditórias, buscando mecanismos para neutralizar a potencialidade vertiginosa da violência urbana. Essas medidas que servem para atenuar, tais como: “bolsa alimentação”, “bolsa família”. Soma-se a esses os programas para promoção do acesso ao ensino superior, como o “Prouni”, os quais mascaram os reais problemas sociais brasileiros.

Ainda segundo a autora, quando tais medidas não são suficientes, o Estado detém as prisões como o aparato mais radical e repressivo para neutralizar um indivíduo. Dessa forma, as prisões foram concebidas para abrigar os ociosos, desocupados e desempregados, esses “alheios às leis dos céus e avesso aos ensinamentos da terra”, agora definidos como as classes perigosas.

Assim sendo, o mesmo sistema econômico que excluiu o indivíduo anteriormente, mascara ideologicamente a real origem das camadas marginalizadas da sociedade, apontando o analfabetismo ou a falta de higiene, em alguns casos, como motivação determinante para a pobreza e violência. Ora, todas essas são justamente consequências

¹ População oriunda do campo, sem qualificação profissional, ingressa nos grandes centros e acabam por engrossar as fileiras do desemprego nas cidades (Guimarães, 1981).

do “descaso das elites”, as quais só pensam em acumular capitais e, em momento algum, sugerem ou aceitam uma contra partida para redistribuir a riqueza. Claro que este último seria a forma ideal, porém, já que a riqueza é privada, o que se vê é que a manutenção desse modelo excludente e acumulativo, que proporciona uma migração cada vez maior para o lumpenproletariat², aonde conseqüentemente, uma parcela significativa acaba recrutada pelas classes perigosas.

Isso ocorreu na Europa durante o século XIX, especialmente na Inglaterra, com a implementação da Revolução Industrial. Camponeses expulsos do campo pelas modificações das práticas rurais, deparam-se com as cidades inglesas lotadas de migrantes e permeadas pela miséria urbana. Essa avalanche migratória em condições desfavoráveis à subsistência humana propiciou uma elevação nos índices de criminalidade que só foram superados com a intensificação da migração para os Estados Unidos da América e Austrália (cf. Guimarães, 1981).

Ora, não existe novidade no surgimento de uma marginalidade “tupiniquim”, esta sempre existiu, e existirá quando agravadas as relações de desigualdades e de exclusão social. Na Inglaterra surgiu a partir da pauperização do indivíduo, este desvinculado do direito de propriedade e da prerrogativa de suprir suas necessidades mais básicas de subsistência, nem mesmo conseguiam ser explorados através do trabalho assalariado – estavam totalmente excluídos socialmente, o que provocou vulnerabilidade e a migração de uma parcela dessa população às classes perigosas e, conseqüentemente, as prisões, provocando uma explosão no contingente prisional. Condições sociais e materiais semelhantes às ocorridas no Brasil.

No entanto, os indivíduos transgressores, de acordo com Marx, têm função crucial na sociedade capitalista, pois, do mesmo modo que os filósofos produzem ideias, um professor livros ou textos escolares, um criminoso produz crimes. Porém, não para por aí, vai além, produz mercadorias no sentido de propiciar a existência do direito criminal, do professor que ministrará aulas para disseminar tal conhecimento, o que, para ele, nada mais é do que a produção de mercadorias para o capital (Marx, 1980).

Marx vai além, ao afirmar que o criminoso concede serviços à sociedade, quando provoca na coletividade o despertar dos sentimentos morais, da produção literária ou criminal, tanto de caráter ideológico quanto ficcional (Marx, 1980). Tal fato acarretaria na quebra de paradigmas monótonos, ou seja, atos de conformismo, previamente estabelecidos pela burguesia.

O crime tem para ele a função de desestabilizar e, ao mesmo tempo, de regular o mercado, pois traz consigo parte do exército industrial de reservas, isto é, mão de obra ociosa, tornando menor a competição entre os trabalhadores. Isso acaba sendo benéfico de duas formas: 1º) retirando do mercado parte da mão de obra desocupada o que acaba propiciando a contenção na queda dos salários, já que a demanda por empregos seria reduzida; 2º) parte do exército industrial de reservas teria uma colocação no mercado de trabalho, sendo absorvido, sobretudo, pela tentativa de contenção de criminalidade (Marx, 1980). Especialmente porque o crime implica na retirada de uma parcela significativa dessa população ociosa, seja flutuante, latente³, estagnada ou de uma situação semelhante ao que Marx denomina como *lumpenproletariat* – ao inseri-la nas classes perigosas⁴ contidas em prisões e proporcionando novas demandas.

Dessa forma, a sociedade e sua evolução histórica só podem ser compreendidas a partir da sua estrutura econômica e de produção. Dentro dessa perspectiva, o transgressor fica relegado à função de estabelecer o equilíbrio conveniente à sociedade capitalista. Especialmente, ocasionando novas perspectivas ocupacionais ao mercado de trabalho, tais como: aumento nos efetivos de agentes penitenciários, professores, psicólogos, dentre tantas outras profissionais. A oferta da educação para Jovens e Adultos – geralmente no módulo educação de jovens e adultos (EJA), em estabelecimentos penais, atende interesses aliados ao modelo econômico, dentre eles, a ocupação de parte do exército industrial de reservas aprisionado.

O transgressor, portanto, viabiliza o que Marx chama de “comércio de mercadorias”. Produz mercadoria, com o aumento da criminalidade, visto que ninguém consegue sentir-se em segurança e, por sua vez, recorre ao

2 O *lumpenproletariat* foi incorporado por Marx e Engels na obra *A ideologia alemã*, em 1845, para descrever uma população formada, sobretudo, por pessoas sem profissão definida e residência fixa em crescimento na Europa. Foi determinado com exatidão por eles como o fragmento mais ínfimo da sociedade, especialmente, remanescentes da formação das cidades e meios urbanos, envolto na égide expansionista do sistema capitalista.

3 População oriunda do campo, sem qualificação profissional, ingressa nos grandes centros e acabam por engrossar as fileiras do desemprego nos grandes centros.

4 O conceito de classes perigosas surgiu na literatura sociológica a partir do século XIX. A expressão teve sua origem, durante o primeiro período da Revolução Industrial, quando parte da população passou a viver à margem da sociedade inglesa, especialmente pelo crescimento ávido da superpopulação relativa.

mercado para adquirir algo que o faça, mesmo que temporariamente, ter essa sensação. Por outro lado, o que seria da indústria bélica, fabricantes de alarmes, rastreadores ou seguradoras, caso não existissem transgressores? A sensação de insegurança acalora a concorrência entre os capitalistas, incentiva a produção de novas tecnologias, sempre em busca de descobertas que sirvam como arcabouço de defesa e satisfação do cliente e, conseqüentemente, de manutenção da estrutura social (Torres, 2006, p. 16).

Da mesma forma, a educação penitenciária, concebida como mercadoria e instrumento de contenção da massa encarcerada, desvirtuaria da sua função crucial, a “ressocialização” do egresso que retornará à sociedade. Já que políticas públicas eficazes para a educação acarretariam na construção de alternativas viáveis e, sobretudo, necessárias à emancipação do homem por meio da interiorização de uma contraconsciência como sugere István Mészáros.

A educação para além do capital visa a uma ordem quantitativa diferente. Agora não só é factível lançar-se pelo caminho que nos conduz a essa ordem como o é também necessário e urgente. Pois as incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos irreconciliáveis antagonismos estruturais do sistema do capital uma alternativa concreta e sustentável para a regulação da reprodução metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana. O papel da educação orientada pela única perspectiva efetivamente viável de ir para além do capital é absolutamente crucial para esse propósito (Mészáros, 2008, pp. 71-2).

A função da educação numa sociedade estratificada em classes sociais não é a de desalienar (lê-se: socializar), mas é justamente o oposto, ou seja, uma sucessão de dispositivos inculcados inexoravelmente, do qual resulta a negação humana e a manutenção da ordem que subjuga a educação a forma de mercadoria de domínio alienante.

Considerações finais

Portanto, uma concepção ampliada de educação que privilegia o ser humano de maneira integral, que o prepare para ser autônomo, capaz de exercer seus papéis de cidadão, não pode, em momento algum, contribuir para confiná-lo a “funções utilitaristas estreitamente predeterminadas, privadas de qualquer poder decisório” (Mészáros, 2008, p. 75) como hoje ocorre na sociedade capitalista.

A educação deve buscar ir além da lógica do capital, além dos papéis que lhe são atribuídos por uma sociedade estruturalmente injusta, para a reprodução da qual têm contribuído. Nessa superação, a educação assume o papel emancipatório no processo de metamorfose social para além de uma sociedade de classes. Para tanto, requer a superação da ordem social, através de ações que produza transformações das consciências, historicamente internalizadas de subsídios para promover a obediência. Uma ação de contraconsciência sugere uma ruptura necessária, sobretudo, para promover uma abordagem educacional que rompa com a alienação acerca do trabalho e, conseqüentemente, que promova o rompimento com a lógica do capital.

A reconstrução de uma nova sociedade passa, portanto, por uma reavaliação dos papéis que a educação tem cumprido e, ao mesmo tempo, para que esse novo tipo de educação seja efetivo e real, é necessário superar um modelo de sociedade neoliberal, que reduz o ser humano “a sujeito responsável do seu fracasso individual” e transforma simultaneamente a própria educação em mercadoria. Pois, a educação transformadora que emancipa o homem é absolutamente necessária para criar as condições indispensáveis, que difunda e estabeleça a práxis de uma sociedade “para além do capital”.

Referências bibliográficas

- DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: Banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- LENIN, Vladimir I. *As três fontes: as três partes constitutivas do marxismo*. 2. ed. São Paulo: Global, 1979.
- MARX, Karl. *Teorias da mais-valia*. História crítica do pensamento econômico. Livro IV de *O capital* v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *O capital*. Crítica da economia política. Apresentação: Jacob Gorender ; coordenação e revisão de Paul Singer; trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1983, v. I. (Coleção “Os Economistas”).
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Escriba, [s.d].
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PINASSI, Maria Orlanda. *O capital comete o crime*. Agência Carta Maior. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br>>, acessado em 17 mar. 2010.
- TORRES, Eli Narciso S. *Relações de trabalho no sistema carcerário: uma análise sociológica do Presídio Feminino Irmã Irma Zorzi*. 2006. Monografia (graduação em ciências sociais) apresentada à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.